



A REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR DE ROBERTO CAMPOS NO SENADO FEDERAL (1983-1990): IDEIAS ECONÔMICAS LIBERAIS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA BURKIANA

Gabriel Fernandes Romero¹

Palavras-chave: Roberto Campos. Representação parlamentar. Representação política burkiana.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a representação parlamentar de Roberto Campos no Senado Federal (1983-1990). Para tanto, investigar-se-á suas ideias econômicas (variável independente), a fim de definir a natureza da representação política que materializou no Congresso Nacional (variável dependente).

Antes de mandatário de cargo público eletivo, Roberto Campos foi diplomata de carreira, ministro de estado e economista de destaque. Sem embargo, foi uma das vozes mais lúcidas e das penas mais argutas da República brasileira da segunda metade do século XX. Pouco antes de ser empossado senador, foi embaixador do Brasil em Londres, entre 1975 a 1982. Assim, vivenciou *in loco* a revolução *thatcherista* na Grã-Bretanha, cujas reformas de mercado influenciaram políticas econômicas de nações de todo o mundo.

Filiando-se ao Partido Democrático Social (PDS), elege-se senador da República pelo estado do Mato Grosso em 1982. Abdica, assim, de suas funções de plenipotenciário em Londres, mas traz consigo as ideias que influenciaram a transformação econômica da economia britânica. Foi, assim, um dos poucos parlamentares a defender a adoção no Brasil de reformas de mercado. Suas ideias encontraram, contudo, grandes óbices de acolhimento na burocracia brasileira.

Todavia, o modelo econômico que orientava as políticas econômicas no país mediante políticas dirigistas e protecionistas – o *desenvolvimentismo* – fazia água ao longo dos anos oitenta. Severos desequilíbrios macroeconômicos impunham aos governantes brasileiros a necessidade de se repensar as estratégias de desenvolvimento da economia. Se o Brasil não se mostrou pronto a encarnar essa tarefa, houve um parlamentar cujas asserções legislativas convergiram em larga medida para as linhas básicas de um novo modelo econômico, que enfatizava as relações de mercado em detrimento da intervenção do estado na economia.

¹ Câmara dos Deputados (gromero_ucb@hotmail.com).

VIII JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO

Legislativo, Executivo e Sociedade na Construção da Governança Pública
18 e 19 de setembro - Câmara dos Deputados, Brasília-DF



A representação parlamentar de Roberto Campos no Congresso Nacional teve orientação política muito mais oposicionista do que propositiva, entretanto. Na defesa das ideias liberais e da adoção de reformas de mercado, Campos insurgia-se contra políticas dirigistas, embasadas no defasado modelo *desenvolvimentista*. E assim procedia calcando seu mandato parlamentar na independência de ação e na defesa de ideias de abrangência nacional. A contenda parlamentar de Campos se deu especificamente em três *fronts* principais, opondo-se à (i) política nacional de informática, que estabelecia rigorosa reserva de mercado ao setor informático brasileiro, (ii) às políticas macroeconômicas do governo Sarney e (iii) à instalação da Assembleia Nacional Constituinte, cujo resultado redundaria na elaboração de uma Constituição excessivamente intervencionista e estatista.

Vislumbrando em tela as batalhas parlamentares travadas pelo senador mato-grossense, o problema de pesquisa do presente trabalho orbitará em torno das ações políticas que lhe conduziram a atividade de representante parlamentar. Diante disso, argumenta-se que, por um lado, o *conteúdo* das ideias econômicas ventiladas por Roberto Campos vinculasse diretamente ao modelo teórico do liberalismo econômico, associado à defesa da economia de mercado; por outro lado, a *forma* com que exerceu seu mandato parlamentar associa-se intimamente ao paradigma de representação política burkiana, centrado na emissão de ideias de escopo nacional e no exercício autônomo do mandato. *Conteúdo* e *forma* comporam, assim, a política parlamentar do senador brasileiro, na medida em que sua defesa do estabelecimento no Brasil de uma economia de mercado demandou a adoção de representação parlamentar essencialmente independente e centrada na discussão de ideias sobre o interesse nacional.

Reputamos imperioso este empreendimento intelectual no momento corrente, no ano em que se celebra o *centenário de Roberto Campos*. A realização da pesquisa justifica-se ainda em razão do fato de se julgar diminuto o volume de trabalhos sobre o pensamento e as ações públicas de Roberto Campos, em contraste com sua relevância para a compreensão do Brasil contemporâneo. Nesse sentido, destaca-se como pesquisa de folego sobre o pensamento político de Roberto Campos a tese de doutorado de Perez (1999), que investiga as ideias políticas esposadas pelo economista mato-grossense entre 1950 e 1995. Sublinhamos ainda o artigo exploratório de Barbosa (2017), que se põe a analisar as ações políticas de Campos no Senado Federal, enfatizando os discursos emitidos pelo senador brasileiro. Diversamente do trabalho de Perez (1999), este trabalho investigará as ideias econômicas – mais que as políticas – de Roberto Campos, associando-as à sua representação parlamentar. E, em contraste com o estudo de Barbosa (2017), a pesquisa analisará não apenas os discursos senão os artigos publicados na grande imprensa e os projetos de lei do senador Roberto Campos, com o objetivo de investigar o conteúdo de suas ideias econômicas e a maneira como este sistema ideacional influenciou sua representação parlamentar na Câmara Alta.

VIII JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO

Legislativo, Executivo e Sociedade na Construção da Governança Pública
18 e 19 de setembro - Câmara dos Deputados, Brasília-DF



O problema de pesquisa do presente trabalho orbitará em torno das ações políticas que lhe conduziram a atividade de representante parlamentar. A fim de dar conta dessa problemática, adota-se como método de investigação o estudo de caso, elegendo-se como unidade de análise a representação parlamentar de Roberto Campos no Senado Federal. Essa unidade de análise desmembra-se, contudo, em três estudos de caso: (i) a política nacional de informática, (ii) a política macroeconômica do governo Sarney e (iii) a elaboração da Constituição Federal de 1988. Selecionamos esses *casos* por percebemos evidente a centralidade desses temas ao longo do exercício do mandato parlamentar de Roberto Campos no Senado Federal, após leitura exploratória de todos os pronunciamentos de Roberto Campos nas sessões do Senado Federal, publicados no Diário do Congresso Nacional. Em que pesem outras matérias esparsas ao longo de sua vida senatorial terem lhe reivindicado a atenção e a tomada de decisão, a tríade temática destacada foi sobremaneira central na formatação de sua representação parlamentar.

A representação parlamentar do senador Roberto Campos nas discussões sobre a política nacional de informática (PNI) destacou-se principalmente pela oposição que empreendeu ao projeto de lei governista, encaminhado pelo poder Executivo em 30 de julho de 1984. Este projeto estabelecia principalmente a reserva de mercado para o capital nacional no setor informático por oito anos. Opondo-se ao projeto de lei governista, Campos encaminha projeto de lei sobre a política nacional de informática – projeto de lei nº 48, de 1984 – que propunha principalmente o fim da reserva de mercado, estabelecendo, em seu lugar, a adoção de tarifas alfandegárias decrescentes sobre os produtos similares importados (BRASIL, 1984). O senador mato-grossense visava a estabelecer no país uma PNI na qual prevalecesse o sistema de livre concorrência interna nesse setor. Com isso, fomentar-se-iam a eficiência e a inovação de um mercado cujas características básicas são “a criatividade individual, o associativismo e a interpenetração tecnológica” (CAMPOS, 1985, p. 217).

A resiliência do processo inflacionário era o principal problema econômico no Brasil, durante o governo José Sarney (1985-1990). Segundo Campos (1988, p. 137), a causa da inflação residia na “expansão monetária, que por seu turno deriva do déficit público, do fato de o estado gastar mais do que arrecada”. No início do governo Sarney, medidas convergentes com a ortodoxia econômica de Campos foram tomadas, capitaneadas pelo ministro da Fazenda Francisco Dornelles. Essas políticas encontraram no senador Roberto Campos a figura próxima a de um apoiador. Em agosto de 1984, Dornelles é, contudo, substituído por Funaro, que adotaria políticas econômicas mais heterodoxas contra a inflação. Foi o que bastou para atinar em Campos a figura de um opositor ao governo.

Roberto Campos se opunha à realização de uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC) no Brasil, visto entender mais pertinente a adoção de uma ampla reforma na Constituição vigente, outorgada pelos militares em 1967. Baldada sua oposição, a ANC é instalada e se torna um campo de batalha onde lutou contra a inclusão na Constituição de ideias econômicas estatistas e intervencionistas. Esse campo de batalha tomou corpo

VIII JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO

Legislativo, Executivo e Sociedade na Construção da Governança Pública
18 e 19 de setembro - Câmara dos Deputados, Brasília-DF



principalmente na Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e Atividade Econômica e na Comissão de Assuntos Econômicos. Ao longo da consecução das fases da ANC, essa batalha se mostrava cada vez mais inglória. Tratou-se de um combate perdido, em que não conseguiu canalizar suas ideias em apoio parlamentar efetivo. Perdida a guerra, foi vencedor na coerência de suas posições contra o excesso de dirigismo econômico, contra o conceito de empresa nacional que repelisse o investidor estrangeiro e contra o estabelecimento dos monopólios estatais.

O eixo da representação parlamentar do senador Roberto Campos esteve sempre representado por suas ideias. Este componente ideacional foi seu norte e sua *raison d'être* no Congresso Nacional. Nas discussões parlamentares sobre a política nacional de informática, defendia um sistema de mercado informático em que prevalecesse a competitividade empresarial. Só assim esse setor econômico poderia se desenvolver, era o que Campos pensava. No caso das políticas econômicas anti-inflacionárias, escudava sua política parlamentar na prevalência da estabilidade macroeconômica calcada principalmente no controle do déficit público, da base monetária e da política fiscal do governo. E, finalmente, nas discussões que permearam a elaboração da Constituição de 1988, defendia que as funções do estado de *árbitro* não deveriam ser fundidas às de *agente econômico*, sob pena de comprometer a estabilidade das regras e de desviar as ações do estado de setores em que sua presença seja realmente necessária.

Roberto Campos foi um agente parlamentar burkiano porque centrou suas ações políticas em suas ideias econômicas. Erigindo política parlamentar na defesa (e na oposição) de políticas públicas de abrangência nacional, empreende mandato parlamentar calcado na independência de ação em relação a seu partido de filiação e seus eleitores estaduais. Afasta suas ações políticas desses atores de maneira a se aproximar de suas ideias econômicas e, assim, projetar seu entendimento sobre o interesse nacional do Brasil, de forma a tomar suas decisões políticas de acordo com ele.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Antônio. No Parlamento: lucidez e coerência. In: ALMEIDA, Paulo Roberto (Org.). **O homem que pensou o Brasil**: trajetória intelectual de Roberto Campos. Curitiba: Appris, 2017. p. 159-172.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 48, 1984**. Dispõe sobre a Política Nacional de Informática e dá outras providências. Brasília, 1984.

CAMPOS, Roberto **Além do cotidiano**. Rio de Janeiro: Record, 1985.

_____. **Guia para perplexos**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1988.

PEREZ, Reginaldo Teixeira. **Pensamento político de Roberto Campos**: da razão do estado à razão do mercado (1950-1995). Rio de Janeiro: FGV, 1999.